

Introdução

1. Num contexto em que se equacionam os desafios e oportunidades para a Europa no quadro da Agenda 2030 das Nações Unidas, centrada nos objetivos do desenvolvimento sustentável, as vozes da cultura (Voices of Culture 2021) não podem deixar de ser ouvidas a este respeito. Entre elas, as dos públicos da cultura, sem esquecer as dos que mais afastados se encontram do universo das práticas culturais regulares. Com efeito, fazendo uso alegórico do título de um romance de Salman Rushdie – *The Ground Beneath Her Feet* – como avaliar a pertinência ou o êxito das políticas culturais desconsiderando o solo que elas pisam? Em que medida as políticas culturais atendem às carências ou às expectativas dos portugueses? É certo que os públicos da cultura não deixaram de estar na mira das políticas culturais dos sucessivos governos do pós-25 de Abril. Nos respetivos programas de governo, independentemente dos quadrantes político-partidários, sobressaem referências e apelos à democratização do acesso à cultura, à participação cultural, às políticas de divulgação do livro, aos programas culturais itinerantes, à descentralização da cultura, à difusão e animação cultural, à formação de públicos, à promoção das artes e ao desenvolvimento das indústrias criativas. Porém, principalmente no caso das políticas culturais municipais, os programadores culturais revelam, frequentemente, uma realística consciência da margem de risco que as suas opções comportam (Lopes 2019, 226). As dúvidas têm uma razão de ser: uma manifesta carência de dados empíricos que sustentem a tomada de decisões e a sua monitorização.

Espera-se que os resultados do Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses recém-realizado possibilitem uma informação relevante a todos quantos, a nível nacional e municipal, carecem

dela como alavanca das políticas culturais. Com efeito, como assegurar um desenvolvimento cultural sustentável e generalizado ao país quando se desconhecem as assimetrias da participação cultural? Como responder às suas necessidades de usufruto se não sabemos como se diferenciam em termos de pertenças sociais, geracionais, regionais ou de género? Que motivações os mobilizam? Que razões invocam para não lerem mais livros ou não frequentarem, mais assiduamente, bibliotecas, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos ou galerias de arte? Porque não vão mais vezes ao cinema ou a espetáculos ao vivo? O desinteresse em relação a alguns bens culturais será efeito de socializações pouco sensíveis ao valor intrínseco da cultura? Qual o papel da família, da escola, de outras coletividades culturais ou dos próprios amigos na formação de capitais culturais entre os adolescentes? Qual o envolvimento dos portugueses em práticas artísticas amadoras? Haverá uma desarticulação entre as áreas da cultura e da educação? Com que frequência se acede à Internet com propósitos culturais? Até que ponto a pandemia terá intensificado o uso de serviços digitais no domínio cultural? Quais os meios através dos quais os portugueses tomam conhecimento dos acontecimentos culturais? Como orientar ou reajustar as políticas culturais quando se desconhecem as tipologias de segmentação dos públicos da cultura?

No caudal destas interrogações, mais um questionamento que convoca dois paradigmas de políticas culturais que se têm enfrentado nas últimas décadas: como promover uma «democratização da cultura» ou uma «democracia cultural» sem um conhecimento atualizado dos hábitos, práticas e gostos culturais dos portugueses? A dissonância entre os conceitos que sustentam estes dois paradigmas tem sido bastante debatida (Bellavance 2000; Lopes 2007; Donnat 2011; Romainville 2016). O desígnio da democratização da cultura – a que se associam as políticas de democratização cultural impulsionadas por André Malraux, ao tempo de Charles de Gaulle – é o alargamento da cultura considerada «legítima» ao maior número possível de pessoas, desse modo se acalentando a crença na redução das desigualdades de acesso à cultura erudita (Dubois 1999). Em contrapartida, o paradigma da democracia cultural, surgido nos finais dos anos sessenta do século passado, reivindica um conceito mais alargado de cultura, dando primazia à cultura de base comunitária, sensível à diversidade cultural. Neste sentido, enquanto o conceito

de democratização da cultura tende a enclausurar-se no pressuposto da universalidade da cultura erudita, por essa razão considerada legítima, o conceito de democracia cultural prioriza as políticas culturais centradas na produção e no pluralismo culturais, sem desprimor para as práticas artísticas amadoras. O Inquérito realizado reúne dados que, porventura, poderão suscitar um reequacionamento das políticas culturais, quer na vertente da democratização cultural, mais focada no acesso à cultura em prol de uma suposta equidade; quer do lado da democracia cultural, onde a participação cultural é tomada como testemunho de uma desejada liberdade. Quiçá os resultados do Inquérito possam suscitar novos questionamentos que levem a uma ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento cultural, enquadrável nos desígnios de uma sociedade em que o bem-estar e a coesão sociais beneficiam das dinâmicas de participação a que se associa a cidadania cultural.

A busca de respostas às questões atrás levantadas, e a outras mais que a análise dos dados suscite, exige informação relevante e fidedigna sobre a participação cultural dos cidadãos e também sobre os incentivos, motivações e obstáculos que os mobilizam ou não para o exercício das práticas culturais. À escala internacional, uma boa parte desta informação tem sido obtida através da realização de importantes inquéritos que, frequentemente replicados, permitem, dessa forma, análises longitudinais sobre a evolução dos indicadores culturais. Infelizmente, esse não é o panorama existente em Portugal, salvo em alguns domínios sectoriais. Para uma boa parte dos indicadores da cultura escasseiam dados estatísticos que permitam avaliar tendências evolutivas.

Com o Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, temos pela primeira vez em Portugal um amplo levantamento, à escala nacional, das práticas culturais dos portugueses, em vários domínios culturais. Nos anos 70 do século passado, a Fundação Calouste Gulbenkian havia já sido mentora de uma iniciativa pioneira quando, em colaboração com a Secretaria de Estado da Cultura, viabilizou a realização de um levantamento cultural que tinha por objetivo o reconhecimento da oferta cultural em alguns concelhos do país. Cerca de uma década depois, em 1984/85, a partir de uma amostra representativa da população portuguesa residente no Continente, realizou-se um Inquérito

às Práticas Culturais dos Portugueses, coordenado pelo Professor Jorge Gaspar (1985-1988). Deste projeto resultaram vários relatórios preliminares que, todavia, não chegaram a culminar em publicação final. Espera-se que os resultados do Inquérito agora publicado – em conjugação com outros importantes estudos e inquéritos sectoriais realizados no país, incluindo o Inquérito à Ocupação do Tempo 1999 (Lopes *et al.* 2001) e as Estatísticas da Cultura, do Instituto Nacional de Estatística – constituam um importante contributo para o aprofundamento do conhecimento do panorama cultural português.

2. No Inquérito efetuado, o conceito de prática cultural recobre um conjunto de atividades que se traduzem em indicadores que certificam se essas atividades foram ou não realizadas e, em caso afirmativo, com que frequência e variantes. As variantes contemplam os contextos ou circunstâncias em que as práticas culturais foram concretizadas. Por exemplo, se foram realizadas individualmente ou em companhia de familiares ou amigos; ou se ocorreram no concelho de residência, noutro concelho do país ou no estrangeiro. As práticas culturais pesquisadas envolveram duas principais vertentes. Por um lado, o acesso à cultura foi aferido pela frequência de diversos espaços culturais: bibliotecas e arquivos; museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte; salas de cinema e recintos ou áreas de espetáculos ao vivo, incluindo festivais e festas populares. Neste núcleo duro do Inquérito é disponibilizada uma importante bateria de indicadores sobre as motivações e os obstáculos que mobilizam ou não os portugueses para o exercício dessas práticas. Indicadores desta natureza, que percorrem o questionário transversalmente, permitirão delinear estratégias de captação, ampliação e fidelização de novos públicos da cultura – desígnio que não é fácil alcançar atendendo aos constrangimentos sociais e económicos que, como se verá, afastam muitos dos inquiridos do universo das práticas culturais regulares. Foram também questionados os meios através dos quais os inquiridos tomam conhecimento dos acontecimentos culturais, bem como a perceção individual do conhecimento que têm para fruir da oferta cultural. Por outro lado, cotejaram-se conteúdos ou géneros culturais consumidos e respetivas modalidades de receção: mediadas pela Internet, rádio e televisão ou – em suportes impressos e digitais – através da leitura de jornais, livros e revistas.

Para além das práticas culturais de acesso e receção, foram reunidos outros indicadores de participação cultural. Este conceito é

usado num sentido mais amplo do que o de prática cultural em razão de, para além de contemplar consumos culturais de natureza recetiva, abranger formas de participação mais interventiva ou comprometida, como o exercício de práticas artísticas amadoras; a partilha, na Internet, de conteúdos culturais de autoria própria; a interação *online* em temas relacionados com a cultura; o voluntariado e a participação em associações culturais. O Inquérito permite ainda saber em que práticas artísticas amadoras os inquiridos se envolvem, com que frequência e em que domínios: escrita, dança/*ballet*, música (composição ou interpretação, num registo individual ou coletivo), teatro, circo, pintura, desenho, gravura, artes digitais, fotografia, vídeo e cinema. Foram também pesquisadas as atitudes em relação à prática artística, as áreas de formação, o recurso a meios tradicionais e/ou digitais na produção artística, bem como as razões de abandono da atividade artística ou as expectativas de seguir uma carreira profissional.

Como se dará conta nesta publicação, o Inquérito realizado permite analisar de que forma distintas variáveis de natureza sociográfica condicionam ou favorecem as práticas culturais, bem como diferentes inscrições sociais da população inquirida se associam a distintos perfis de participação cultural. Na exploração das desigualdades sociais face à participação cultural foram também explorados indicadores de capitais culturais, herdados ou adquiridos. Para o efeito, os inquiridos foram questionados sobre se, durante a infância ou a adolescência até aos 18 anos, os pais ou outros familiares lhes liam histórias, ofereciam livros e os acompanhavam a feiras do livro, livrarias ou bibliotecas e, em caso afirmativo, com que frequência. Por referência a esta fase de vida, foram também arroladas as deslocações a bibliotecas, exposições, museus, monumentos ou a espetáculos de qualquer tipo, promovidas pela escola ou por outras organizações (escuteiros, associações, etc.), realizadas com o apoio da família, combinadas com amigos ou realizadas individualmente.

A conceção do Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses foi antecedida por uma extensa inventariação de inquéritos internacionais sobre a temática. Dessa pesquisa resultou uma base de dados de cerca de 80 inquéritos, em larga maioria realizados na Europa, na América do Norte e na América do Sul, sobretudo na última década. Teve-se também em conta o marco das Estatísticas Culturais, desenvolvido pelo Instituto de Estatística da UNESCO, cujas definições *standard* para as estatísticas culturais dos diferentes países têm por

objetivo facilitar as comparações internacionais. Assegurar condições de comparabilidade internacional foi também um objetivo do Inquérito agora realizado. Para o efeito, replicaram-se, com ajustes e adaptações, perguntas e indicadores dos inquéritos considerados mais inspiradores, como foi o caso dos da Bélgica, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Malta e Reino Unido (*Anexo 1*). Ao replicarem-se perguntas adaptadas desses inquéritos não se aproveitou apenas um conhecimento testado e consolidado de indicadores de participação cultural a nível internacional. Assegurou-se, também, a possibilidade de nos virmos a conhecer melhor através do confronto com outros. Na presente publicação são já ensaiadas algumas comparações.

A versão final do questionário aplicado (*Anexo 2*) resultou de um trabalho de equipa que implicou sucessivas reformulações de múltiplas outras versões que se foram consolidando ao longo do processo. Tivemos de ser seletivos, formulando perguntas não sobre tudo o que desejávamos saber, mas tão-somente sobre tudo o que, realisticamente, seria possível conhecer, com a garantia de resultados fidedignos, teoricamente sustentados e socialmente relevantes. Na estruturação do questionário, o ordenamento das perguntas obedeceu a critérios metodológicos, tendo estas sido agrupadas em módulos temáticos. Contudo, algumas variáveis são transversais a vários módulos do questionário, como é o caso das que envolvem práticas culturais mediadas pela Internet. Por esta razão, o primeiro módulo do questionário inventaria os usos da Internet no domínio cultural. Os módulos que se seguem cobrem as seguintes áreas: audiovisuais (televisão e rádio); leitura e bibliotecas; museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte; cinema e espetáculos ao vivo, incluindo festivais e festas locais; participação artística e capitais culturais. O último módulo do questionário reúne variáveis que permitem traçar o perfil sociográfico dos inquiridos: sexo, idade, nacionalidade, situação conjugal, região, *habitat*, grau de instrução do próprio e dos pais, situação perante o trabalho, profissão do próprio e do cônjuge, classe socioprofissional, rendimentos do agregado familiar e perceção de conforto económico de acordo com esses rendimentos.

As escalas de frequência usadas variam em função da natureza das práticas culturais pesquisadas. No Inquérito realizado, as mais frequentemente utilizadas foram as escalas métricas de avaliação com

critérios objetivos. Elas reportam o número de vezes que se desenvolve uma atividade em diferentes unidades discretas de tempo: o dia, a semana, o mês ou o ano. Escalas deste tipo foram usadas para avaliar a frequência de visitas a museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte; de idas a cinemas, bibliotecas e arquivos; de assistência a concertos e espetáculos ao vivo. Ocasionalmente, foram também aplicadas escalas de avaliação subjetiva – o que aconteceu, por exemplo, na avaliação da frequência de atividades desenvolvidas a uma significativa distância temporal, ao apelar-se à memória dos inquiridos para recordarem experiências e socializações culturais ocorridas durante a infância e a adolescência. Foi também o que aconteceu quando se lhes perguntou se frequentemente, algumas vezes, raramente ou nunca os pais ou outros familiares costumavam ler-lhes histórias, oferecer-lhes livros ou acompanharem-nos a feiras do livro, livrarias ou bibliotecas.

O período de referência a que se reporta a maioria das práticas culturais pesquisadas abrange 12 meses. Seguiram-se, aliás, as recomendações do Instituto de Estatística da UNESCO, no *Framework for Cultural Studies*. Em relação a práticas culturais desenvolvidas em espaços que estiveram encerrados por efeito da Covid-19, o seu questionamento teve por período de referência os 12 meses anteriores ao início da pandemia. Assim aconteceu com a frequência de bibliotecas, arquivos, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos, galerias de arte, cinemas, teatros, circos, recintos ou espaços abertos de acolhimento de espetáculos ao vivo, festivais e festas locais. Na maioria das restantes práticas culturais, o período de referência abrangeu os últimos 12 meses imediatamente anteriores à realização das entrevistas. Assim aconteceu com a inquirição de práticas culturais envolvendo usos da Internet, da televisão e da rádio ou, ainda, de práticas de leitura – quando não realizadas, presencialmente, em bibliotecas ou arquivos. Tomando-se por referência o período pandêmico, considerou-se pertinente avaliar possíveis mudanças dos hábitos de utilização de recursos digitais e da Internet no domínio cultural, a partir das experiências e percepções dos inquiridos. Finalmente, o Inquérito contempla uma considerável bateria de indicadores centrados na última deslocação realizada a vários espaços culturais: bibliotecas, arquivos, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos, galerias de arte, cinemas, teatros, circos, recintos ou espaços abertos de acolhimento de espetáculos ao vivo,

incluindo festivais e festas locais. Neste caso, considerou-se sempre a última deslocação ao espaço cultural em causa, quer tivesse ocorrido antes ou depois da eclosão da pandemia.

A consulta de um vasto conjunto de inquéritos estrangeiros, como atrás se referiu, ajudou a fundamentar decisões sobre a escolha das perguntas do questionário, em consonância com os questionamentos de partida, que se foram ampliando rizomaticamente. A listagem dos indicadores do questionário (*Anexo 3*) foi sendo construída à medida que as perguntas iam sendo concebidas, num processo que exigiu reflexões aprofundadas sobre hipóteses de investigação teoricamente problematizadas. Por exemplo, no estudo das práticas culturais tem sido bastante convocada a teoria da *legitimidade cultural* desenvolvida por Pierre Bourdieu – teoria que, consagrando o eruditismo da chamada *cultura cultivada*, estabelece uma forte correlação entre origem social e gostos culturais, de tal forma que o conjunto das práticas culturais apareceria fortemente segmentado em função da hierarquização social dos inquiridos, por efeito dos seus capitais económicos, escolares e culturais. Este pressuposto teórico, sem ser desvalorizado, não impediu a pesquisa de perfis culturais que escapam, ou não, à rigidez da homologia que associa o gosto cultural ao estatuto social. A teoria da legitimidade cultural foi então confrontada com a teoria do padrão omnívoro de Richard Peterson, segundo a qual os *status* hierárquicos produzidos pela oposição entre cultura de elite e cultura de massas não invalidam a emergência de novas segmentações culturais como as que decorrem da oposição entre consumos omnívoros e unívoros.

Em diálogo com estas e outras teorias, as práticas culturais foram analisadas em função do perfil sociográfico dos inquiridos, procurando-se averiguar em que medida diferentes inscrições sociais condicionam ou estimulam a intensidade e a diversidade das práticas culturais; isto sem colocar de lado a hipótese do esbatimento de algumas hierarquias socioculturais poder associar-se a consumos culturais mais ecléticos, possível efeito de uma mais livre escolha do que se consome, expressão de uma provável individualização dos gostos culturais. Esta e outras hipóteses de investigação suscitaram novas interrogações. Por exemplo, qual o impacto na vida cultural dos portugueses de uma aparente diversificação dos meios de acesso à cultura, principalmente através da Internet? Como se interpenetram os efeitos de socialização de novos e tradicionais meios de acesso

à cultura? Qual a repercussão das tecnologias digitais no impulso ou intensificação das práticas culturais? Para dar resposta a estas e a outras questões, as práticas culturais foram problematizadas a partir de diferentes perspetivas teóricas.

3. Passando agora a uma breve apresentação da estrutura do livro, a lógica da sequência dos capítulos segue a das secções do questionário, com uma exceção. Enquanto as variáveis sociográficas do Inquérito realizado são abordadas, pela sua relevância analítica, no capítulo inicial do livro, as perguntas com elas relacionadas foram remetidas para o final do questionário, no pressuposto de que, no decorrer das entrevistas, uma crescente descontração dos entrevistados os predisporia a uma maior receptividade a perguntas de carácter mais intimista, como é o caso da informação sobre os rendimentos auferidos. Assim, o capítulo 1 (*Aspetos metodológicos e sociografia dos inquiridos*), desenvolvido por Pedro Magalhães e Jorge Rodrigues da Silva, centra-se na análise das características sociográficas da população inquirida, antecedida de uma descrição dos procedimentos metodológicos que orientaram a constituição da amostra de estudo, o trabalho de campo e o apuramento dos dados. As variáveis sociográficas descritas que, para efeito de análises bivariada e multivariada, serão convocadas nos capítulos que se seguem compreendem a região, o *habitat*, o sexo/género, a idade, a situação conjugal, o grau de ensino, o nível de escolaridade parental mais elevado, a situação perante o trabalho, a avaliação subjetiva dos rendimentos do agregado familiar e a perceção da situação económica individual. No rol das variáveis sociográficas agregou-se uma variável composta tendo em vista a determinação da classe socioprofissional dos inquiridos. Construída segundo a proposta metodológica de Oesch, trata-se de uma variável cuja potencialidade heurística, revelada em pesquisas internacionais, se comprovou na análise aos dados do presente Inquérito.

O capítulo 2 (*Internet, práticas culturais online e distinção*), da autoria de Teresa Duarte Martinho e Tiago Lapa, começa por um levantamento estatístico à escala europeia sobre as tecnologias de informação e os usos da Internet de âmbito cultural, possibilitando, dessa forma, uma contextualização dos dados do Inquérito realizado. Nesse cenário comparativo, as diferenças registadas, decorrentes de ritmos diferenciados de desenvolvimento informacional, suscitam uma expectável correlação entre as modalidades de acesso

à Internet e as práticas culturais *online*. Articulando indicadores como o acesso à Internet, os equipamentos utilizados e as razões pelas quais não se usa a Internet, constata-se que o tipo de vinculação à Internet decorre das diferentes inscrições sociográficas da população inquirida. Assim, enquanto todos os inquiridos dos 15 aos 24 anos afirmam ter usado a Internet, entre os inquiridos com 65 anos ou mais apenas cerca de um quarto deles a usa. Para além da idade, os inquiridos estão tanto mais desconectados da Internet quanto mais baixos são os seus níveis de instrução e de rendimentos. Aliás, de entre as razões assinaladas para não se usar a Internet sobressaem défices de conhecimento («falta de interesse/não vê utilidade»; «não sabe como usar/sente-se confuso com a tecnologia») e económicos («não tem acesso a um computador ou à Internet»; «é muito caro»). O potencial discriminativo das variáveis sociográficas volta a revelar-se quando os autores apresentam uma tipologia dos utilizadores da Internet a partir do número de equipamentos para a ela acederem. Os chamados utilizadores transmediáticos, tecnologicamente mais apetrechados (utilizam três ou mais equipamentos para se interconectarem), tendem a ser mais jovens, mais instruídos, com rendimentos mais elevados e de classes socioprofissionais mais privilegiadas. Outro dado relevante é a clara afirmação do telemóvel, usado por 89% dos internautas, como dispositivo preferencial de acesso à Internet, numa lógica de conectividade permanente.

O capítulo avança para a análise dos usos da Internet, constata-se que os inquiridos passam mais tempo interconectados por trabalho ou estudo (em média, 18 horas por semana) do que por lazer (10 horas). No entanto, se a média de horas semanais de acesso à Internet para trabalho ou estudo é semelhante entre homens e mulheres, já no que respeita ao lazer enquanto os homens despendem, em média, 12 horas por semana, as mulheres não ultrapassam as 9 horas. Quanto aos usos da Internet para atividades culturais, verifica-se que, pelo menos uma vez por semana, mais de 30% dos inquiridos ouviram música e leram *sites* de notícias. Por outro lado, uma ou várias vezes por mês, entre 20% a 25% dos inquiridos partilharam conteúdos culturais (vídeos, música, imagens, outros) criados pelos próprios, leram ou escreveram em blogues e interagiram em temas relacionados com cultura, colocando mensagens e *likes* em sítios de redes sociais e outros grupos virtuais. Estes indicadores sinalizam as potencialidades digitais no incremento da participação cultural.

De seguida, para um maior aprofundamento das relações entre as práticas culturais *online*, Teresa Duarte Martinho e Tiago Lapa avançam com uma delineação de distintos perfis de práticas culturais *online*, chegando a uma tipologia na qual o perfil mais inclusivo é o dos «buscadores de informação noticiosa e enciclopédica». Este perfil agrega 42% dos internautas portugueses, maioritariamente usufruindo de rendimentos elevados e com nível de ensino superior. Finalmente, sonda-se o impacto da pandemia (Covid-19) no uso da Internet em atividades culturais, constatando-se uma relativa intensificação, principalmente por parte dos mais jovens, os quais passaram a ver mais filmes e séries; a ler mais livros, jornais e revistas *online*; e a ver mais espetáculos de música.

No capítulo 3 (*A domesticação da televisão e da rádio na era digital «pós-radiodifusão»*), Tiago Lapa começa por fazer um enquadramento macrosocial do campo mediático em análise, questionando, teoricamente, a transição da sociedade de massas e de radiodifusão para uma era digital pós-radiodifusão. De seguida, discorre sobre a presença da televisão e da rádio nas rotinas quotidianas, tomando a «domesticação dos *media*» como alavanca conceptual e teórica da análise dos dados. Para o efeito, explora as variantes sociográficas que caracterizam as audiências quanto aos hábitos de utilização e aos consumos televisivos e radiofónicos. Os dados sugerem uma relativa persistência da centralidade da televisão nas «dietas mediáticas» da maioria dos portugueses, muito embora os padrões e contextos de consumo audiovisual sejam, atualmente, bastante diversificados. A proporção de inquiridos que veem diariamente televisão (90%) é mais do dobro dos que diariamente ouvem rádio (40%) ou usam a Internet (41%).

Tanto em relação aos consumos televisivos quanto aos radiofónicos, Tiago Lapa avança para a construção de tipologias de consumidores tendo em conta, respetivamente, os programas televisivos habitualmente vistos e os programas de rádio habitualmente seguidos. O perfil de consumo dominante entre a maioria dos telespectadores portugueses (63%) é o que agrega os chamados «grandes consumidores de ficção televisada», perfil que reúne uma larga maioria de inquiridos com elevados rendimentos, ensino superior, gestores e quadros superiores do terceiro sector, estudantes, jovens e inquiridos do sexo masculino. O perfil dominante nos consumos radiofónicos, abrangendo também 63% dos inquiridos, é o que agrega

os designados «ouvintes de conteúdos informativos e relativos ao desporto», perfil que reúne sobretudo inquiridos do sexo masculino e de meia-idade. Mais expostos à televisão encontram-se os idosos e os inquiridos com rendimentos mais baixos, em claro contraste com os mais jovens, os mais instruídos e os de mais elevados rendimentos. Aliás, os dados analisados sugerem que, principalmente entre os inquiridos mais jovens e urbanos, os consumos televisivos confrontam-se com a concorrência de experiências comunicativas suscitadas por uma pluralidade de plataformas e modalidades mediáticas relativamente às quais as audiências acorrem de acordo com os seus perfis e interesses, daí derivando a sua segmentação. Em relação à rádio, sobretudo ouvida em deslocações de carro pela maioria da população inquirida, os programas habitualmente mais seguidos são os de «notícias e informação» e música popular. Alfim, o capítulo termina sinalizando uma intensificação dos consumos televisivos e radiofónicos em contexto pandémico: 23% dos inquiridos passaram a ver mais televisão, sobretudo os mais jovens e os residentes em contextos urbano e intermédio urbano; em contrapartida, apenas 5% passaram a ouvir mais rádio.

No capítulo 4 (*A leitura e a frequência de bibliotecas e arquivos no arranque dos anos 20 do século XXI*), Emanuel Cameira procura identificar distintos perfis de leitores, avaliando as variáveis socio-gráficas que, num contexto de crescente informatização e digitalização, mais associadas aparecem aos hábitos de leitura. Outro objetivo é a prospeção de tendências evolutivas nas práticas de leitura a nível nacional, a par de algumas comparações internacionais. O capítulo começa por salientar a proeminência da leitura de livros por prazer, indiscutivelmente o objetivo que mais mobiliza os leitores (68% deles). No entanto, nos últimos 12 meses apenas 39% dos inquiridos leram livros impressos, menos ainda em formato digital (10%), percentagens aquém das registadas em Espanha e em França. As principais razões invocadas para não se ter lido livros radicam na preferência por realizar outras atividades e na falta de tempo. Os leitores de livros, impressos ou digitais, surgem sobretudo entre os que atingiram o ensino superior e cujos pais (pai ou mãe) alcançaram esse mesmo nível de ensino. Os mais assíduos leitores de livros são os jovens, os estudantes e os que vivem em agregados familiares de mais elevados rendimentos. Para além do número de livros lidos, é também dada informação sobre as modalidades de acesso aos

livros e os locais onde habitualmente se leem, em larga maioria em espaço doméstico. Os géneros de livros, revistas e jornais são também cotejados, sobressaindo os livros de romance, sobretudo entre as mulheres, e os jornais generalistas/diários. Quanto às revistas o que ressalta é a enorme dispersão de gostos.

Dado o alargamento do campo de possibilidades de leitura com recurso à Internet, exploram-se também as leituras neste registo realizadas, evidenciando-se a consulta de *sites* de notícias, a procura de informações precisas e a busca de informação sobre livros, música, cinema e espetáculos. Emanuel Cameira mostra-nos que as escolhas de leitura não surgem do acaso, confirmando-se que são fortemente influenciadas pelas redes sociais, sejam elas *offline* ou *online*. Recomendações de leitura surgem principalmente da família, amigos e colegas de trabalho; de comentários de amigos nas redes sociais *online*; e de buscas em *sites* especializados na leitura e avaliação de livros. As socializações familiares vividas durante o período da infância e da adolescência dos inquiridos foram também pesquisadas, constatando-se que a maioria deles não beneficiou de estímulos à leitura gerados em contexto familiar. Nunca os pais ou qualquer outro familiar os acompanharam a uma livraria, a uma feira do livro ou a uma biblioteca; nem tão-pouco os deleitaram com a leitura de um livro de histórias. Porém, os inquiridos mais jovens e aqueles cujos pais têm ou tinham qualificações académicas superiores reconhecem, com mais frequência, esse apoio familiar. São dados que denunciam a persistência de assimetrias sociais na criação de hábitos de leitura, mas também sinalizam uma mudança. O facto de os jovens de hoje terem pais mais escolarizados do que os das gerações mais velhas e, por isso mesmo, mais sensíveis ao valor cultural da leitura evidencia um importante elo de transmissão geracional: a democratização do acesso à educação potencia ganhos culturais nas gerações sucessoras. Finalmente, o capítulo termina com uma análise da frequência de bibliotecas e/ou arquivos nos 12 meses anteriores ao início da pandemia, bem como das razões que suscitam ou desincentivam a sua frequência.

Teresa Duarte Martinho analisa as práticas culturais centradas nos espaços culturais consignados no título do capítulo 5 (*Círculos ainda estreitos: museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte*). Não descurando as comparações com outros inquéritos nacionais e internacionais, o capítulo tem por objetivo a produção de

um conhecimento dos frequentadores desses espaços patrimoniais, sustentado na análise dos seus perfis sociográficos e nas razões pelas quais não os visitam mais vezes ou nem sequer os visitam, bem como nas motivações que os levam a realizar essas visitas. Antecipando alguns resultados, de entre os espaços culturais listados os mais visitados foram os monumentos históricos e os museus. Os mais frequentes visitantes distinguem-se pelo entrecruzamento de vários traços sociográficos, reunindo jovens, estudantes, inquiridos com elevadas qualificações académicas, rendimentos elevados e inserções socioprofissionais prestigiadas. A maior parte das visitas a estes espaços patrimoniais foi realizada não no concelho de residência, mas noutro concelho do país. Este trânsito interconcelhio, movido pelo desejo de acercamento ao património cultural, afigura-se potenciador do reforço da identidade nacional. Não surpreende que, no conjunto dos espaços reconhecidos como património mundial, os mais visitados, pelo menos uma vez na vida, tenham sido o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém e o Mosteiro da Batalha. Aliás, de entre os motivos que levaram os inquiridos a visitar estes espaços culturais destaca-se a sua importância histórica. Para além desta motivação de natureza identitária, sobressaem motivações de natureza sociabilística (convívio com outras pessoas) e estética (beleza do espaço e das obras expostas). A sociabilidade associada a estas visitas ressalta ao constatar-se que a maior parte delas foi realizada com familiares, namorado/a ou amigos. De entre as razões invocadas para não se ter visitado, ou ido mais vezes, a um espaço patrimonial destacam-se a falta de tempo, a falta de interesse ou preferência por outras atividades e o preço elevado. É entre os inquiridos com mais baixas qualificações académicas ou de classe socioprofissional modesta (operários e trabalhadores dos serviços) que mais se alega a falta de interesse ou a preferência por outras atividades como razão de escusa para a visita destes espaços patrimoniais, razão frequentemente invocada em outros estudos europeus.

Ao longo do capítulo, Teresa Duarte Martinho discorre sobre outros indicadores de modalidades de acercamento e fruição dos públicos da cultura em relação aos espaços culturais analisados: o tipo de ingresso utilizado (bilhete normal ou com desconto, passe turístico, acesso gratuito, isenção), a forma de aquisição (na bilheteira, pela Internet, por telefone) e as atividades desenvolvidas durante a visita. O capítulo encerra com uma avaliação da frequência

das visitas, através da Internet, a museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte. Embora se constate que as visitas virtuais ficam significativamente aquém das presenciais, ficamos a saber que elas superam, ligeiramente, as visitas virtuais realizadas pelos espanhóis, em 2018-2019, qualquer que seja o espaço cultural considerado. Por outro lado, veremos que o contexto pandémico favoreceu a intensificação dessas visitas através da Internet, tendo permanecido o interesse preferencial por monumentos históricos e museus.

No capítulo 6 (*Ecletismo ou distinção? Cinema, espetáculos ao vivo, festivais e festas locais*), Vera Borges começa por colocar em confronto distintos perfis e públicos da cultura, avançando com uma estratégia analítica que beneficia de uma problematização teórica que convoca para debate o argumento da distinção, a pluralidade de pertenças socioculturais e as tendências ao omnivorismo cultural. É nesta matriz teórica que analisa a forma como, entre os inquiridos, se processa a abertura à diversidade das práticas culturais arroladas para análise, sempre que possível recorrendo a comparações internacionais. Os resultados sugerem que os espetáculos que outorgam uma mais elevada distinção – como a dança clássica, a ópera ou os concertos de música clássica – são frequentados por inquiridos com qualificações académicas elevadas e inscrições socioprofissionais que, possibilitando-lhes uma maior diversificação dos seus relacionamentos sociais e culturais, os levam a participar em «metamorfoses da distinção». Quanto às tendências ao omnivorismo, elas encontram-se sobretudo presentes entre os profissionais socioculturais e os inquiridos jovens, com nível de ensino superior, escolaridade parental também superior e rendimentos mais elevados. Os dados analisados sugerem que a propensão a um consumo cultural mais omnívoro por parte dos jovens, em consonância com os resultados de outros estudos europeus, não invalida o peso de outras variáveis sociográficas na estratificação dos consumos culturais e na variabilidade do ecletismo cultural.

Antecipando alguns dados do capítulo, constata-se que a percentagem de jovens (15-24 anos) que foram ao cinema (82%) duplica a da média nacional (41%). A assiduidade nas idas ao cinema aparece também associada a inquiridos com formação superior, grandes empresários, profissionais liberais e residentes na área metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira. Os jovens distinguem-se ainda por serem dos que mais filmes de ação viram e dos que mais

frequentemente foram ao cinema com amigos ou namorado/a. Os motivos mais conducentes à escolha do último filme radicam em atributos intrínsecos do mesmo: o tema do filme e os atores ou o realizador. Assinalam-se também as recomendações vindas de familiares e amigos, o convívio e as críticas. De entre as principais razões para não se ter ido mais vezes ao cinema destacam-se a falta de tempo – principalmente reconhecida entre os inquiridos com nível de ensino superior – e a falta de interesse, sobretudo expressa por idosos e inquiridos com um grau de instrução inferior ao 3.º ciclo. Entre os 59% de inquiridos que não foram ao cinema nos últimos 12 meses anteriores ao início da pandemia sobressaem os de rendimentos abaixo dos 800 euros mensais.

Passando aos espetáculos e concertos ao vivo, os mais frequentados foram os festivais e festas locais, bem como os concertos de música. As festas locais atraem quem tem habilitações escolares mais reduzidas, tendo uma forte implantação na Região Autónoma dos Açores. As mais frequentadas são as festas tradicionais populares e as festas religiosas. Em contrapartida, os espetáculos eruditos – música clássica, ópera e *ballet* ou dança clássica – encontram-se claramente associados a inquiridos com rendimentos elevados, grandes empresários, profissionais liberais, profissionais socioculturais e gestores. Finalmente, considerando a assistência a filmes e a espetáculos ao vivo, Vera Borges confronta o omnivorismo *in situ* com o omnivorismo digital, entreabrindo uma janela de observação e questionamento de possíveis efeitos, nos processos de democratização cultural, da expectável crescente acessibilidade à cultura, mediada pela Internet.

O capítulo 7 (*Participação artística e capitais culturais*), desenvolvido por Rui Telmo Gomes, centra-se em práticas artísticas amadoras e nos capitais culturais adquiridos ao longo da vida, desde a infância e adolescência. No trilha de uma tradição que vem dos primeiros inquéritos europeus aos tempos livres, pois nesse domínio eram então recenseadas as atividades culturais, o capítulo começa por analisar a frequência de práticas culturais de entretenimento e lazer nas suas vertentes lúdicas, sociabilísticas e de voluntariado. As mais expressivas, envolvendo entre um quarto e um terço da população inquirida, distribuem-se por jogos sociais, festas populares e seguimento ou criação de receitas culinárias, estas últimas mais associadas ao género feminino. De seguida, projetando algumas comparações

internacionais, Rui Telmo Gomes avança para a análise da frequência de práticas artísticas amadoras. Fica a saber-se que a afeição dos inquiridos a estas atividades, com particular evidência entre os estudantes e os mais jovens, é tanto mais expressiva quanto mais elevado é o seu grau de ensino. Porém, no conjunto da população sondada, as práticas artísticas amadoras não têm grande expressividade, sobressaindo a escrita, à qual se dedicaram 8% dos inquiridos, e de seguida a fotografia/vídeo/cinema, a pintura/desenho/gravura e a música. A razão que mobilizou a maioria dos inquiridos para a prática de atividades artísticas foi o prazer (66%), embora também se invoque a expressão pessoal, a distração da vida quotidiana e a partilha entre amigos e família. Vimos, no capítulo 4, que o prazer foi também a razão que mais mobilizou os inquiridos para a leitura. São indicadores que claramente sugerem que a cultura não pode deixar de ser convocada para dar resposta a objetivos como o do bem-estar social. É também dada informação sobre os meios utilizados na produção artística (tradicionais, digitais ou ambos), variável associada à idade e ao sexo/género dos inquiridos. Segue-se um importante conjunto de indicadores sobre capitais culturais herdados e adquiridos. Chamados a relembrar a sua infância e adolescência, ficamos a saber que a maior parte dos inquiridos (61%) apontaram a escola como a instituição que, nessa fase da vida, mais se empenhou na realização de visitas a bibliotecas, exposições, museus, monumentos e idas a espetáculos de qualquer tipo. As deslocações com o apoio da família foram referidas por 40% e as combinadas com amigos por 34%.

Em relação à formação artística, quando questionados sobre se alguma vez participaram em oficinas artísticas ou usufruíram de aulas/lições de alguma disciplina artística, não incluídas no currículo escolar, os inquiridos voltaram a destacar o papel da escola. A formação artística adquirida em contexto escolar beneficiou sobretudo os mais jovens (15-24 anos) da geração nascida no pós-25 de Abril. Finalmente, exploram-se os meios através dos quais os inquiridos tomaram conhecimento dos acontecimentos culturais a que assistiram ou em que participaram, avaliando-se também o tipo de conhecimentos que julgam ter para desfrutar da oferta cultural. No primeiro caso, veremos que os círculos sociais aparecem na dianteira das fontes de informação, mais especificamente, as recomendações de alguém e as redes sociais *online*, com a televisão (notícias, informações, etc.) pelo meio intrometida, sendo assinalada uma

importante diferença: enquanto as redes sociais (*online* ou *offline*) são as fontes de informação privilegiadas pelos jovens, os mais idosos colhem principalmente informação da televisão e de recomendações de alguém. Quanto à percepção individual do conhecimento para desfrutar da oferta cultural, ela varia consideravelmente de acordo com as qualificações académicas.

No capítulo 8 (*Práticas culturais e clivagens sociais*), inspirando-se no conceito de afinidades eletivas que Goethe tomou dos alquimistas medievais, José Machado Pais explora conexões entre diferentes práticas culturais e distintos perfis sociográficos, a partir de uma análise de *clusters* hierárquica que distribui a população inquirida por cinco classes cuja caracterização e confronto percorrem todo o capítulo. Para efeitos analíticos, as práticas culturais selecionadas foram agregadas, sendo a sua problematização suscitada por vários questionamentos que apelam à reflexão e ao debate. Assim, na área que reúne indicadores da Internet, audiovisuais e práticas de leitura, questiona-se a hipotética expansão da cultura em domicílio, sobretudo fomentada pelas tecnologias digitais. A hipótese não foi plenamente confirmada. Embora, em contexto pandémico, os consumos culturais através da Internet se tenham intensificado, podendo recrudescer no futuro, não é certo que culminem numa expansão da cultura em domicílio: por um lado porque apenas 16% dos inquiridos usam habitualmente o computador fixo para se conectar à Internet; por outro lado, o acesso a esta não significa, necessariamente, acesso à cultura. Tudo depende dos usos da Internet. Em uma das cinco classes do dendrograma, representando 32% dos inquiridos, a maior parte com baixo nível de instrução, veremos que todos eles têm acesso à Internet mas nenhum a usa para atividades culturais, das quais, na realidade (*offline*), vivem apartados. A cultura em domicílio permite também debater a tese que sustenta que os jovens leem menos livros por estarem mais expostos à televisão e à Internet. Porém, as classes com inquiridos que mais livros leem são precisamente as que têm uma prevalência de jovens e de estudantes – e nem por isso deixam de ver televisão ou de aceder à Internet. O que sobressai é uma forte associação entre práticas de leitura e usos da Internet de pendor cultural.

Na área que envolve a frequência de espaços patrimoniais, cinema e espetáculos ao vivo busca-se o desvelamento dos trânsitos enigmáticos que o ecletismo cultural encerra, nas suas aparentes

dissonâncias. Como justificar que no mesmo feixe de afinidades eletivas coexistam as culturas erudita e popular? O que se descobre é uma associação, confirmada noutros países, entre práticas culturais omnívoras e elitistas. Mas descobre-se mais. As afinidades eletivas que convergem para o ecletismo cultural também sobressaem entre inquiridos que protagonizam trajetórias de mobilidade escolar ascendente. A conclusão que se antecipa é que o ecletismo cultural tanto pode corresponder a uma reafirmação de distinção social por parte de algumas elites culturais como estar associado a trajetórias de mobilidade social ascendente.

Finalmente, na área que reúne indicadores de participação cultural, formação artística e socializações culturais ocorridas na infância e adolescência constata-se que o perfil cultural dos inquiridos é tanto mais fecundo quanto mais associado a socializações nestas faixas etárias, a práticas de leitura, à participação cultural em associações, a ações de voluntariado, a atividades artísticas e à formação artística extraescolar. Perante estas óbvias convergências, sugerem-se políticas educativas e culturais que valorizem a formação artística. O capítulo termina problematizando o futuro de um país cujo proporção de desperdícios culturais é ainda significativa. No entanto, a pesquisa dá conta de expressivas brechas emancipatórias, proporcionadas por trajetórias de mobilidade escolar intergeracional que, ao quebrarem a rigidez das cadeias de reprodução cultural, possibilitam o resgate de uma parte dos culturalmente desperdícios, condição social sinalizada pelos reduzidos capitais escolares dos seus progenitores. Se a tendência se consolidar, em conjugação com outras dinâmicas sociais, é expectável, conclui-se, que a participação cultural dos portugueses possa ter, no futuro, uma evolução positiva.

Por último, o capítulo 9 (*Algumas notas sobre práticas, política e programação culturais*), ao mesmo tempo que encerra o livro, entreabre portas para um dos principais desafios do Inquérito realizado: o de colocar à disposição de programadores culturais e de outros agentes atuando na esfera das políticas culturais um valioso conjunto de dados que possam dar suporte às suas decisões. O contributo de Miguel Lobo Antunes, aliando um profundo conhecimento de terreno a uma espontânea sensibilidade sociológica nas interrogações a que submete os dados do Inquérito, pressagia a concretização desse objetivo. Na verdade, como sói dizer-se, os dados não falam por si, mas se os soubermos interrogar eles acabam por falar. É esse

diálogo entre uma realidade interpelada e o desejo de a interpretar para melhor a transformar que acaba por pautar o andamento deste capítulo. A partir de uma seleção criteriosa de práticas culturais transversais a todo o capítulo, começa por se indagar como se distribui a frequência das práticas culturais em função das variáveis socio-gráficas de quem as desenvolve. Avança-se depois para uma análise dessas práticas culturais segundo a frequência com que foram desenvolvidas na infância e adolescência. De seguida exploram-se as razões invocadas pelos inquiridos para a realização ou não dessas práticas e os meios através dos quais tomam conhecimento dos acontecimentos culturais a que assistem ou em que participam. Por último, ausculta-se a sua opinião sobre os conhecimentos que consideram ter para, em geral, poderem desfrutar da oferta cultural.

As sistemáticas indagações sobre o significado dos dados do Inquérito levam Miguel Lobo Antunes a concluir que a política e a programação culturais, tendo por objetivo uma mais equilibrada distribuição das práticas culturais pelo país, não podem deixar de identificar e questionar a razão de ser das disparidades regionais encontradas. Porém, alerta, nem as assimetrias do lado da oferta cultural se projetam necessariamente na procura nem é certo que um aumento da primeira induza um correlativo acréscimo na segunda. Ademais, outras desigualdades identificadas no acesso à cultura – em desfavor das mulheres, dos idosos e dos inquiridos com mais baixos níveis de rendimentos ou de instrução – suscitam a necessidade de políticas culturais orientadas por um mais equitativo acesso aos bens culturais, realidade que, como bem sugere, não tem sido adequadamente considerada nos apelos à democratização do acesso à cultura, sobretudo quando equacionada do lado da oferta, sintonizada com segmentos da população mais abastada e escolarizada.

Colocar na mesma equação as relações de dependência entre os capitais culturais adquiridos no âmbito de diferentes socializações e as assimetrias de acesso aos bens culturais é um importante requisito para se aferir os níveis de democracia cultural e desenvolvimento humano. É neste trilho de pesquisa que o capítulo avança, constatando-se que as deslocações a bibliotecas, exposições, museus, monumentos ou a espetáculos de qualquer tipo, realizadas durante a infância e a adolescência, aparecem correlacionadas com as práticas culturais atuais, embora nem todos os que, nessa fase da vida, beneficiaram dessas experiências, sobretudo com o apoio da

escola, as tenham concretizado nos últimos 12 meses. Estes achados suscitam o reconhecimento da necessidade de incorporar na análise das práticas culturais as motivações ou razões para as realizar ou não, eixo analítico fundamental no desenho das políticas culturais, sobre as quais se discorre tendo em vista um incremento generalizado e equitativo das práticas culturais. Para o mesmo objetivo concorre a análise da perceção dos conhecimentos que os inquiridos dizem possuir para desfrutar da oferta cultural. Constatando-se que 35% deles não possuem tais conhecimentos e que 29% apenas têm alguns, mas não os suficientes que lhes permitam desfrutar da generalidade ou de toda a oferta cultural, as indagações analíticas realizadas revelam uma correlação significativa entre a intensidade das práticas culturais e a amplitude dos conhecimentos possuídos para se desfrutar da oferta cultural. Daí se demandar a necessidade de as programações culturais darem uma maior atenção às fontes de informação e conhecimento da oferta cultural, tendo em vista não apenas os públicos fidelizados mas também os potencialmente interessados.

4. Com esta breve apresentação dos capítulos do livro identificaram-se algumas significativas desigualdades no acesso à cultura, cuja extensão e interpretação merecerá reflexões mais profundas ao longo dos mesmos. Há práticas culturais minoritárias, com destaque para os espetáculos eruditos, que, pela distinção que os caracteriza, não estão ao alcance de todos. Por outro lado, é possível que a oferta cultural registada nas plataformas digitais em contexto pandémico, bem como a intensificação do uso da Internet com propósitos culturais, possa acentuar-se no futuro. A crescente escolarização dos jovens, registada nas últimas décadas, poderá também ampliar os horizontes de participação cultural quando se equaciona o futuro do país. Porém, o Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses, como qualquer outro, recolhe uma informação datada, deixando escapar o efeito que a variabilidade do tempo produz nas práticas culturais. Esse objetivo só é alcançável quando se avalia a sua evolução numa perspetiva longitudinal, como acontece em outros países. Espera-se que o impulso dado pela Fundação Calouste Gulbenkian à realização deste Inquérito permita o que até agora tem sido apenas viável em alguns domínios sectoriais da cultura: uma avaliação, fundamentada na análise de indicadores culturais ao longo do tempo, das políticas de democratização da cultura no esbatimento das desigualdades de

acesso à mesma, bem como das políticas de fomento à participação cultural, base constitutiva da democracia cultural.

A presente publicação está longe de esgotar as explorações analíticas que os dados do Inquérito realizado possibilitam. Porém, a base de dados ficará disponível, em acesso aberto, no Arquivo Português de Informação Social (APIS) e no consórcio PASSDA (Production and Archive of Social Science Data), constituindo um valioso acervo de informação para decisores políticos, programadores culturais, jornalistas, pesquisadores, estudantes e outros cidadãos interessados em explorar os dados, de acordo com os seus interesses.¹ Deste modo, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e a Fundação Calouste Gulbenkian afirmam o seu compromisso com as políticas europeias de ciência aberta, através da disponibilização e partilha do conhecimento produzido, permitindo que os dados do Inquérito sejam consultados e trabalhados por um público alargado. Destarte, é justo reconhecer o apoio fundamental da Fundação Calouste Gulbenkian, que tornou possível a realização do Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020. Agradecimentos são devidos a Isabel Mota, Presidente do Conselho de Administração; Guilherme d'Oliveira Martins, Administrador; Rui Vieira Nery, Diretor do Programa Gulbenkian Cultura ao tempo em que o projeto foi aprovado pela Fundação; Miguel Magalhães, atual Diretor desse Programa; e Maria Helena Melim Borges, Diretora-Adjunta do mesmo Programa. Agradecimentos são também devidos a Karin Wall, Diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pelo apoio logístico dado por esta instituição à realização do Inquérito. Finalmente, o registo de um profundo reconhecimento pelo interesse com que estas autoridades acompanharam, desde o início, o desenvolvimento deste projeto.

José Machado Pais

¹ A base de dados pode ser consultada em: <http://www.apis.ics.ulisboa.pt>. A brochura *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020. Síntese de Resultados*, cuja versão impressa foi lançada com o presente livro, encontra-se disponível *online*, também traduzida em inglês. Ambas as publicações, incorporando o questionário do Inquérito, são consultáveis em: <https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/praticasculturais2020/>.

Referências bibliográficas

- Bellavance, Guy, dir. (em colaboração com Micheline Boivin e Lise Santerre) 2000. *Démocratisation de la culture ou démocratie culturelle? Deux logiques d'action publique*. Québec: Presses de l'Université Laval.
- Donnat, Olivier. 2011. «Democratização da Cultura: fim e continuação?». *Revista Observatório Itaú Cultural*, n.º 12: 19-34.
- Dubois, Vincent 1999. *La politique culturelle: Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin.
- Gaspar, Jorge, coord. 1985-1988. *Práticas Culturais dos Portugueses. Relatórios preliminares*, 9 volumes. Lisboa: Direção-Geral de Ação Cultural, Centro de Estudos Geográficos (INIC) e Direção de Ação para o Planeamento Regional e Urbano.
- Lopes, Guilhermina Calado, Edviges Coelho, Heloísa Perista, Maria das Dores Guerreiro, José Soares Neves, e Rui Telmo Gomes. 2001. *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999: Principais Resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Lopes, João Teixeira. 2007. *Da Democratização à Democracia Cultural: Uma Reflexão sobre Políticas Culturais e Espaço Público*. Porto: Profedições
- Lopes, Sandra Cristina Rodrigues Santana. 2019. «Políticas culturais municipais: Da história social do campo aos reportórios de ação dos agentes». Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Romainville, Céline. 2016. «Les dissonances entre démocratisation et démocratie culturelle dans le droit des Centres culturels». *Droit et société*, n.º 92: 53-73.
- Voices of Culture. 2021. *Culture and the UN Sustainable Development Goals. Challenges and Opportunities* (Structural dialogue between the European Commission and the cultural sector). Bruxelas: Brainstorming Report, fevereiro de 2021. Comissão Europeia e Goethe-Institut.